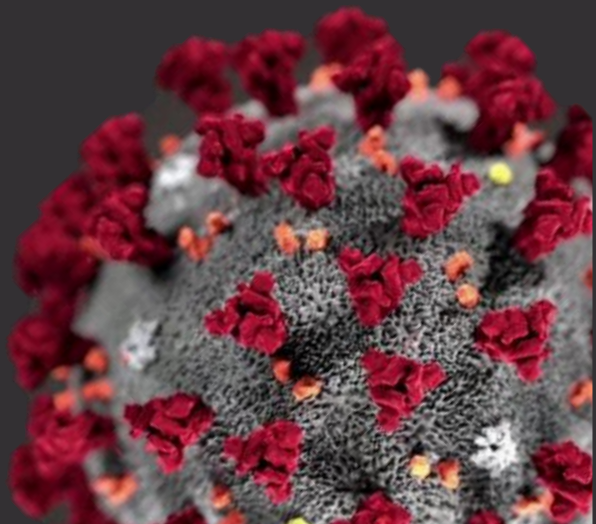


Painel de Monitoramento

Impactos da COVID-19 no mercado de trabalho de Minas Gerais



O Painel de Monitoramento do Mercado de Trabalho é uma produção da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDESE, por meio da Subsecretaria de Trabalho e Emprego – SUBTE, que tem por objetivo acompanhar e atualizar as principais repercussões da pandemia de COVID-19 sobre o mercado de trabalho no Estado de Minas Gerais. Nesta edição você confere:

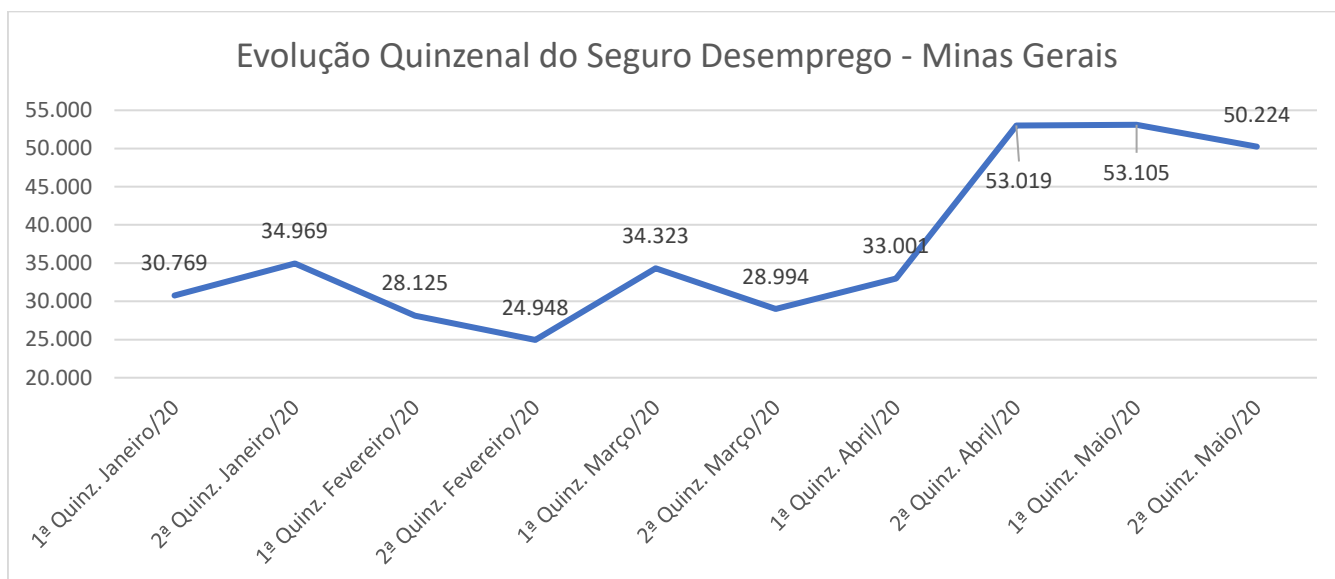
- Requisições de Seguro Desemprego;
- Estatísticas do Sine em Minas Gerais;
- Indicadores do Mercado de Trabalho - FGV;
- Impactos do Home Office;
- Comércio de Dia dos Namorados;
- Impactos no Setor de Serviços;
- Comércio Internacional;
- Economia Global.

SEGURO DESEMPREGO

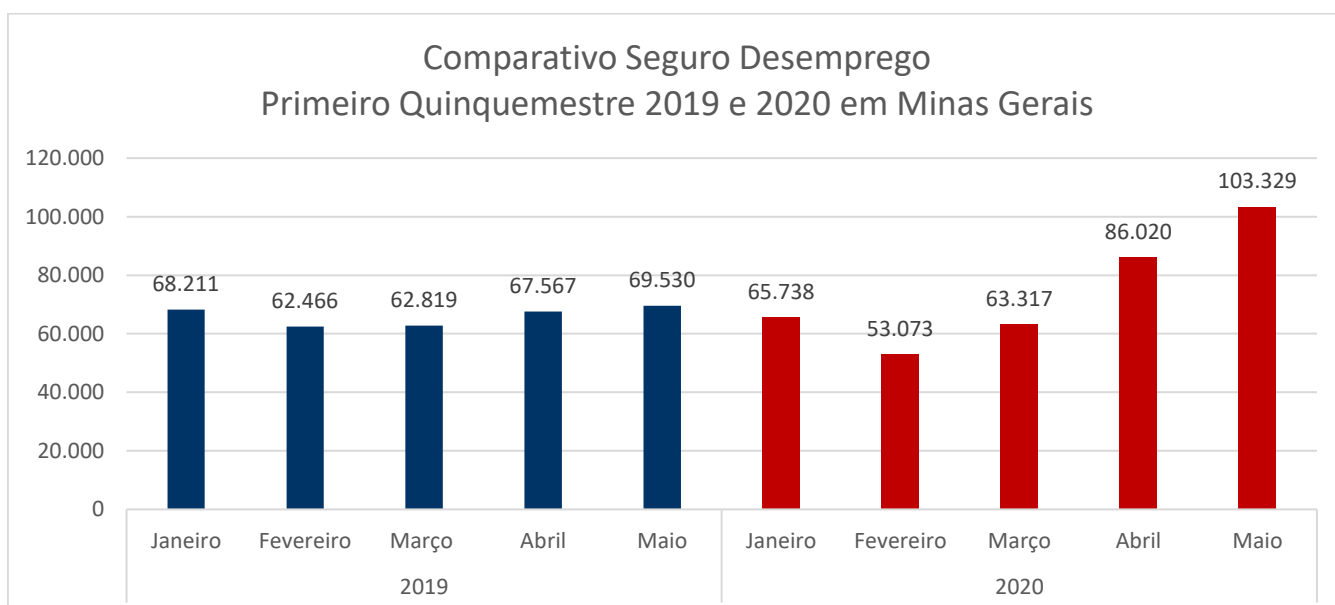
Requisições do benefício em Minas Gerais apresentam ligeiro decréscimo na segunda quinzena de maio

Com o cenário de instabilidade econômica e fechamento de postos de trabalho no Estado de Minas Gerais, a evolução do número de solicitações do Seguro Desemprego acaba se tornando um importante indicador para dimensionar os impactos da COVID-19 sobre o mercado de trabalho formal. Segundo dados do Ministério da Economia, o número de requisições do Seguro Desemprego, no Estado de Minas Gerais, na segunda quinzena de maio, apresentou ligeiro decréscimo se comparado à primeira quinzena, com queda de 5,42%. Apesar da redução, o mês de maio contabilizou 103.329 solicitações do Seguro Desemprego, número este que supera em 20,12% o acumulado do mês de abril. Se comparado com o mesmo período de 2019, esse crescimento foi ainda maior – 48,66%. Tal aumento na série mensal pode sinalizar para uma possível retomada no fluxo de demissões, haja vista as dificuldades financeiras dos empregadores para manter os custos com a folha de pagamento diante da perpetuação do isolamento social e, conseqüentemente, do baixo faturamento.

Se analisado em comparação com as demais unidades da federação, Minas Gerais ocupa a segunda posição no ranking de maiores demandantes do Seguro Desemprego, ficando atrás apenas do Estado de São Paulo – que acumulou mais de 281 mil solicitações no mês de maio. O Estado do Rio de Janeiro aparece na terceira posição do ranking, com mais de 82 mil requisições do benefício. O gráfico abaixo apresenta a evolução desse indicador em Minas Gerais:



Fonte: Ministério da Economia ([Coordenação-Geral de Gestão de Benefícios](#))



Fonte: Ministério da Economia ([Coordenação-Geral de Gestão de Benefícios](#))

O gráfico acima permite identificar que, na série histórica analisada, maio de 2020 apresenta o maior número de requisições do Seguro Desemprego. Além disso, é importante ressaltar que, dentre as solicitações realizadas em Minas Gerais, 80,7%, ou seja, 83.366 foram feitas pelos canais digitais. Apesar da alta proporção em relação aos serviços presenciais, o número de requerimentos Web teve queda de 7,6 pontos percentuais na comparação com o mês imediatamente anterior, situação que pode estar atrelada à reabertura de algumas unidades do Sine/UAI no estado.

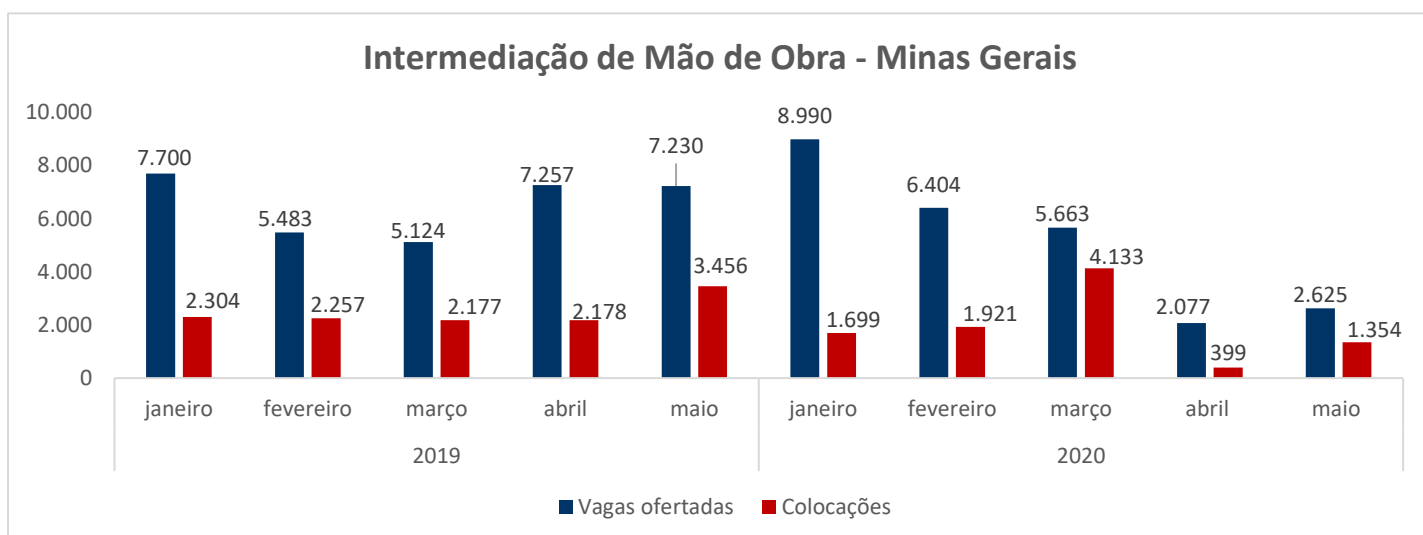
Se analisado o cenário nacional, o mês de maio de 2020 teve 960.258 requisições do Seguro Desemprego, número 28,3% maior em relação a abril. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, é possível perceber que 2020 tem sido um ano atípico de demanda do Seguro Desemprego, haja vista o aumento de 53%, o que equivale a mais de 330 mil pedidos. As atividades de comércio e serviços lideram dentre as que mais dispensaram trabalhadores (67,8%). Na sequência, está o setor da indústria, com 20,5% do total de demissões no período.

ESTATÍSTICAS DO SINE

Serviços são oferecidos em regime de teletrabalho

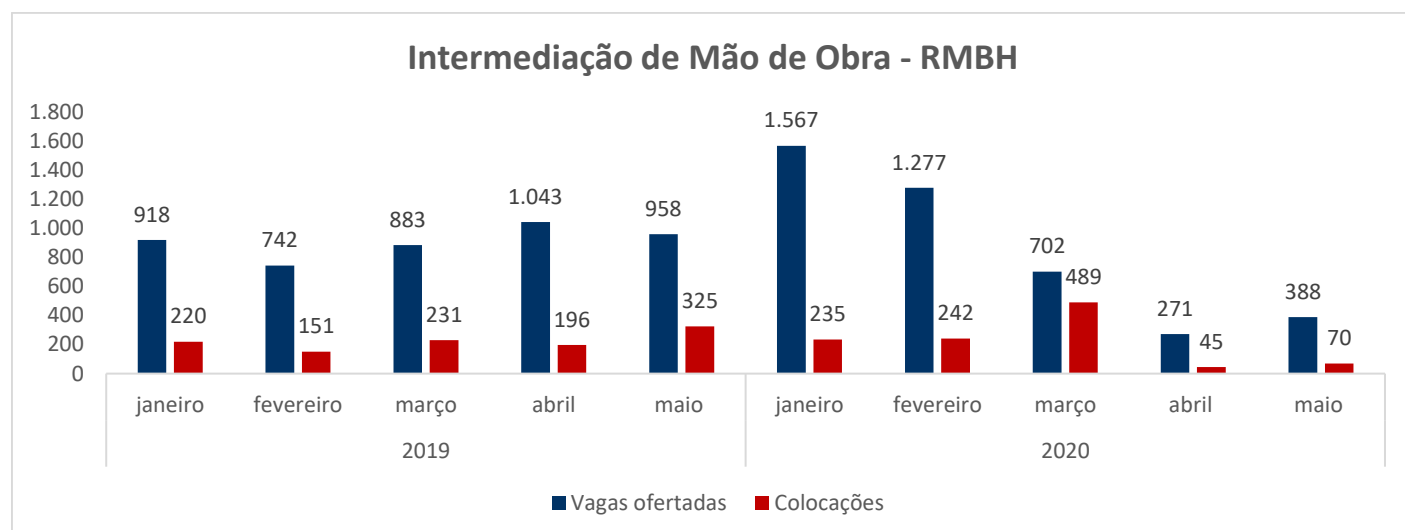
As unidades de atendimento do SINE em Minas Gerais registraram 471.530 atendimentos entre janeiro e maio de 2020 (até 31/05), nos diferentes serviços ofertados pela rede, como habilitação do Seguro Desemprego e intermediação de mão de obra, que contempla encaminhamento para vagas de emprego, captação de vagas e colocação de trabalhadores no mercado de trabalho.

A interrupção dos atendimentos presenciais nas unidades do Sine a partir do dia 23 de março implicou na diminuição dos resultados apresentados até maio do presente ano, se analisado o comparativo com o mesmo período de 2019 – mesmo adotando-se o regime de teletrabalho. Os gráficos abaixo detalham essa realidade no Estado de Minas Gerais e na Região Metropolitana de Belo Horizonte:



Fonte: Ministério da Economia – Base de Gestão IMO/SD

Dados referentes ao mês de maio computados até o dia 31/maio



Fonte: Ministério da Economia – Base de Gestão IMO/SD

Dados referentes ao mês de maio computados até o dia 31/maio

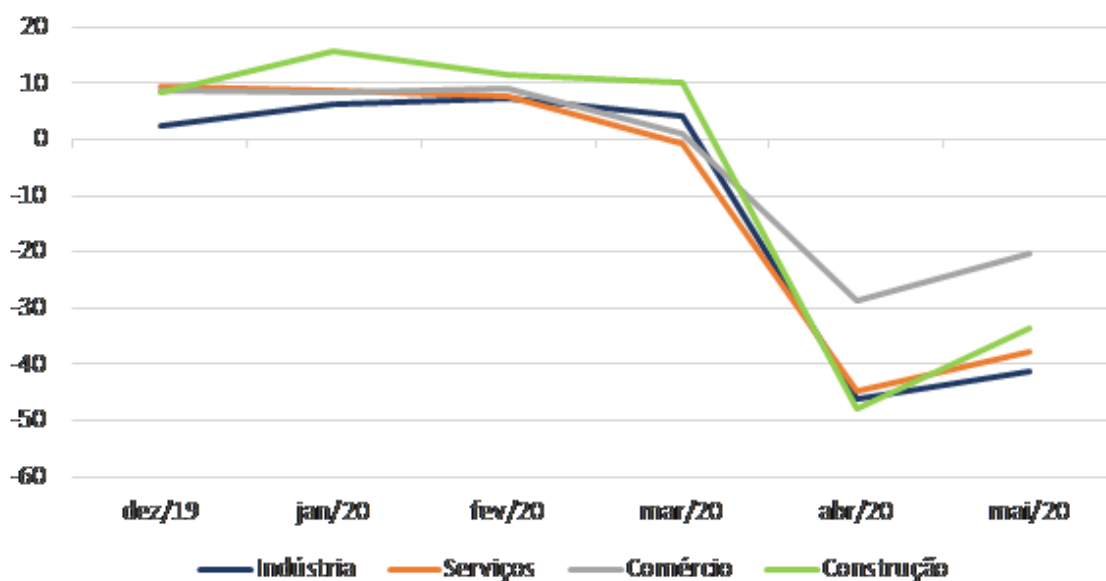
INDICADORES: MERCADO DE TRABALHO

Indicador de Emprego Previsto de maio mostra estabilidade da tendência de redução do quadro de funcionários nas empresas

O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE) calcula, mensalmente, o indicador de emprego previsto de quatro grandes setores da economia: indústria, serviços, comércio e construção. O indicador estima o saldo entre o percentual de empresas que pretendem aumentar o quadro de pessoal nos próximos meses, descontado o percentual de empresas que pretendem fazer reduções. Por exemplo, caso 15% das empresas ouvidas de um determinado setor da economia tenham declarado intenção de aumentar o quadro de funcionários e 5% intenção de reduzir, o indicador de emprego previsto para este setor da economia será de 10 pontos.

Em abril, mês de início das medidas de isolamento social e de fechamento de determinados estabelecimentos, houve uma queda acentuada nos indicadores de todos os quatro setores da economia analisados pelo instituto, atingindo os patamares mais baixos da série histórica. Em maio, apesar do aumento, o resultado ainda é considerado ruim, pois representa o segundo pior patamar histórico e indica uma expectativa de redução do quadro de pessoal e aumento do número de desempregados no país para os próximos meses. O gráfico abaixo demonstra a oscilação desse indicador de dezembro de 2019 a maio de 2020, considerando as quatro atividades econômicas analisadas:

Indicador de Emprego Previsto (em pontos e com ajuste sazonal)



Fonte: [Fundação Getúlio Vargas \(FGV\) IBRE](https://www.fgv.br/ibre)

Embora a expectativa de redução no número de empregados seja tendência, ao analisar os resultados de forma mais desagregada, nota-se que os resultados variam bastante entre os diversos seguimentos que compõem cada grande setor da economia. Entre os segmentos com maior expectativa de diminuição do quadro de funcionários, destacam-se os de Vestuário (-85,2) e Têxtil (-62,6), ambos do setor industrial e fortemente afetados pelas restrições de funcionamento das lojas, assim como pela diminuição da renda da população, que passa a priorizar a compra de produtos de primeira necessidade.

Destaques negativos (média entre abril e maio em pontos, com ajuste sazonal)

	Segmento	Média do indicador entre abril e maio de 2020
Indústria	Vestuário e acessórios	-82,2
	Têxtil	-62,6
Construção	Obras viárias	-50,8
	Edificações não residenciais	-48
Serviços	Transporte rodoviário	-48,4
	Serviços de alojamento	-46,6
Comércio	Veículos, motos e peças	-36,3
	Material para construção	-36,1

Fonte: [Fundação Getúlio Vargas \(FGV\) IBRE](#)

Quanto aos segmentos com resultados positivos ou menos negativos no indicador, destacam-se a indústria farmacêutica (6,9) e alimentícia (-7,4), como pode ser observado na tabela abaixo. Tendo em vista que esses dois seguimentos integram o grupo de estabelecimentos responsáveis pela oferta de produtos e serviços essenciais, não tiveram os pontos de vendas fechados como medida de prevenção da disseminação do COVID-19 como outros segmentos, o que certamente contribuiu para as expectativas positivas ou menos negativas de redução do quadro de funcionários, comparativamente a outros setores, considerados, menos essenciais.

Destaques menos negativos (média entre abril e maio em pontos, com ajuste sazonal)

	Segmento	Média do indicador entre abril e maio de 2020
Indústria	Farmacêutica	+6,9
	Alimentos	-7,4
Comércio	Hiper e Supermercados	-5,7
	Outros Varejistas	-20,1
Serviços	Armazenagem, Transporte e Correios	-24,4
	Tecnologia da Informação e Comunicação	-28,1
Construção	Preparação do Terreno	-28,2
	Edificações Residenciais	-30,7

Fonte: [Fundação Getúlio Vargas \(FGV\) IBRE](#)

NOVOS REGIMES DE TRABALHO

IPEA aponta que, no Brasil, em média, 3 em cada 4 trabalhadores não podem fazer home office

Pesquisadores do IPEA analisaram dados da PNAD Contínua do primeiro trimestre de 2020 para estimar o percentual de trabalhadores que podem exercer o teletrabalho em cada unidade federativa, conforme a classificação de cada ocupação. A identificação das ocupações cujas atividades podem ser realizadas à distância foi obtida a partir da adaptação da metodologia de estudos realizados em outros países em 2020. O estudo do IPEA mostrou que no país, em média, 22,7% dos trabalhadores estão ocupados em profissões cujas atividades podem ser realizadas à distância, percentual este que equivale a 20,8 milhões de pessoas, evidenciando, portanto, outra face do home office no Brasil: em média, para 3 em cada 4 trabalhadores, ficar em casa durante a pandemia significa ficar sem trabalhar.

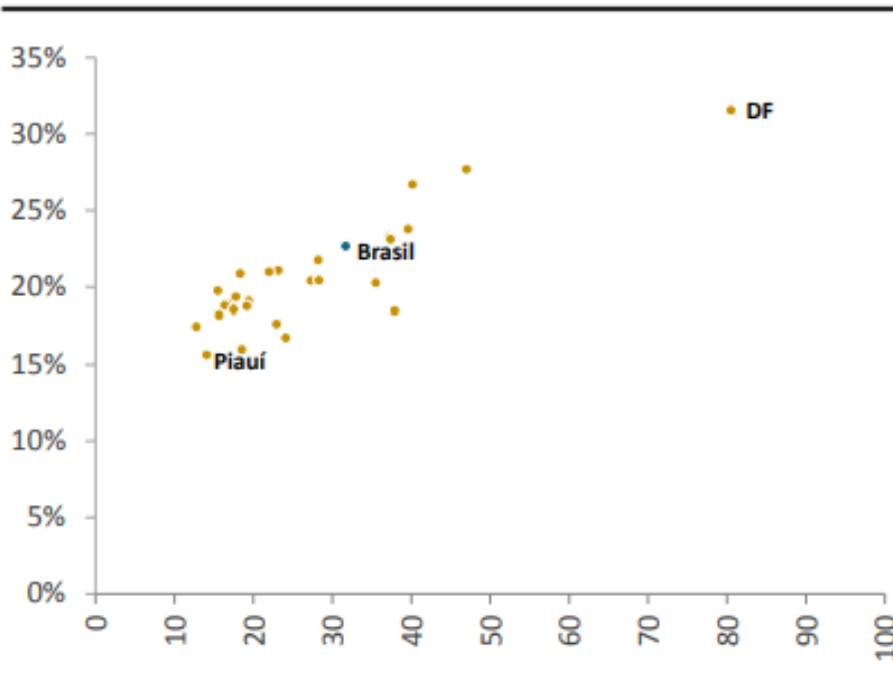
Entre as unidades federativas, o Distrito Federal possui o maior potencial de teletrabalho (31,5%), isto é, possui o maior percentual de trabalhadores em ocupações possíveis de teletrabalho. Em contra partida, o estado do Piauí possui o menor potencial (15,6%). O estado de Minas Gerais ocupa a 12ª posição no ranking teletrabalho, com potencial de 20,4%, como pode ser observado na tabela abaixo:

Ranking dos estados em percentual de teletrabalho potencial

UF	Número de pessoas em teletrabalho	Ranking teletrabalho	Ranking PIB per capita	Percentual potencial de teletrabalho
Distrito Federal	450.424	1	1	31,5%
São Paulo	6.167.672	2	2	27,7%
Rio de Janeiro	2.009.689	3	3	26,7%
Santa Catarina	854.848	4	4	23,8%
Paraná	1.286.367	5	7	23,3%
Rio Grande do Sul	1.289.754	6	6	23,1%
Brasil	20.889.687	-	-	22,7%
Espírito Santo	412.936	7	10	21,8%
Roraima	44.571	8	13	21,0%
Tocantins	134.190	9	15	21,0%
Rio Grande do Norte	272.011	10	19	20,9%
Goiás	676.624	11	9	20,4%
Minas Gerais	2.012.468	12	11	20,4%
Mato Grosso do Sul	261.999	13	8	20,3%
Paraíba	282.133	14	25	19,8%
Sergipe	175.446	15	20	19,4%
Amapá	61.524	16	16	19,1%
Acre	55.686	17	22	19,0%
Ceará	678.710	18	23	18,8%
Pernambuco	654.613	19	17	18,8%
Bahia	1.057.602	20	21	18,6%
Mato Grosso	310.227	21	5	18,5%
Alagoas	182.735	22	24	18,2%
Amazonas	288.905	23	14	17,7%
Maranhão	386.388	24	27	17,5%
Rondônia	134.854	25	12	16,7%
Pará	554.655	26	18	16,0%
Piauí	192.657	27	26	15,6%

O resultado do estudo indicou ainda a existência de uma correlação positiva entre potencial de teletrabalho e a renda per capita das unidades federativas do país, ou seja, quanto maior a renda per capita de uma região, maior o potencial de teletrabalho e vice-versa. O gráfico abaixo ilustra essa relação:

Percentual de teletrabalho potencial pelo PIB per capita (Em % e R\$ mil)



Fonte: [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada \(IPEA\) – Carta de Conjuntura](#)

O resultado da análise dos pesquisadores do IPEA endossou os achados das pesquisas já realizadas em outros países ao evidenciar a existência de correlação positiva entre percentual de teletrabalho e renda per capita, além de indicar diferenças significativas no acesso a essa modalidade de trabalho no território nacional.

A título de informe, através de uma parceria entre IBGE e Ministério da Saúde, está em desenvolvimento uma edição inédita da PNAD Contínua, denominada PNAD COVID, que incorporará parte da metodologia utilizada no estudo apresentado neste boletim, assim como a criação de novos indicadores relacionados a trabalho e emprego em meio à pandemia de COVID-19, como estimativas mais precisas da ocorrência de teletrabalho, horas trabalhadas nessa modalidade, demissões em decorrência da pandemia, um mapeamento da informalidade no país, entre outros.

COMÉRCIO E DIA DOS NAMORADOS

Apenas uma em cada quatro pessoas pretende presentear

De acordo com o levantamento do IPEAD/UFMG - Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais, apenas 27,14% dos entrevistados pretendem presentear no Dia dos Namorados. O número representa queda de 15% em relação a 2019, sendo o resultado mais baixo dos últimos cinco anos.

O restante dos respondentes, 72,86% afirmaram que, este ano, não haverá troca de presentes com seus parceiros. Considerando apenas aqueles que disseram pretender manter a tradição de presentear, foi possível identificar um aumento médio de 9,49% no valor do agrado em comparação com o mesmo período do ano passado. Isso significa um investimento médio de, aproximadamente, R\$ 99,12 na compra dos presentes.

Ao ser deflacionado pelo subgrupo Vestuários e Complementos, componente do IPCA-IPEAD, a elevação representa um aumento real de 7,77%. Entre os detalhes do resultado, observa-se que cerca de 64% dos consumidores pretendem gastar valor igual ou inferior ao do ano passado. Já a diferença entre os que disseram dispor de menos dinheiro (21% em 2019 para 32% em 2020) foi maior em comparação aos que anunciaram que podem elevar os gastos (de 14% para 19%, respectivamente).

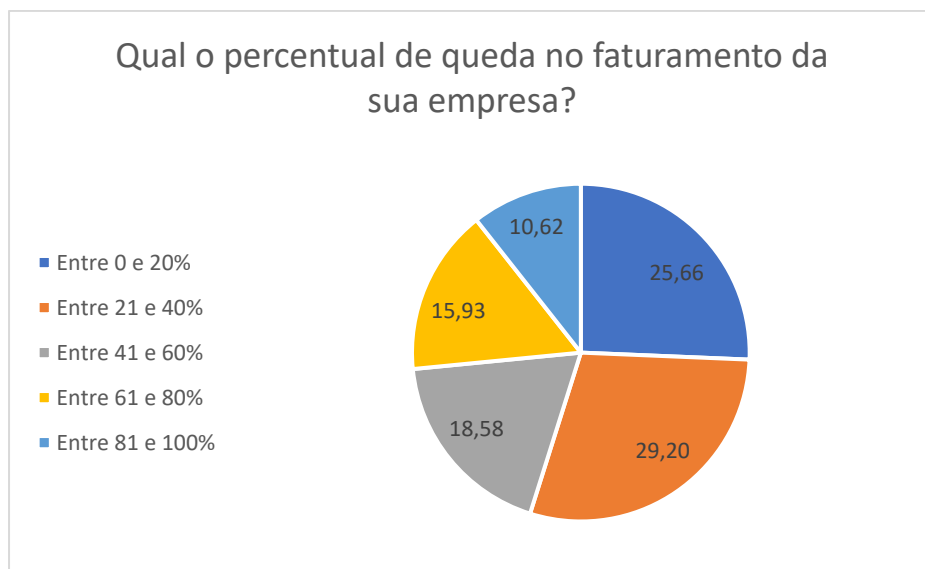
Apesar da melhoria do indicador, a pesquisa aponta que as expectativas do consumidor têm se mostrado pessimistas. Após forte queda em abril, o Índice de Confiança do Consumidor, ICC-BH, apresentou recuperação de 8,70% em maio, atingindo 33,44 pontos. Contudo, o indicador ainda permanece baixo, sendo os patamares ideais aqueles acima de 50 pontos – indicativo de otimismo.

SETOR DE SERVIÇOS

Empresas defendem o retorno gradativo e seguro das atividades econômicas

Pesquisa realizada pela Central Brasileira do Setor de Serviços – CEBRASSE, com o intuito de apresentar os impactos do cenário atual do empresariado do setor de serviços brasileiro diante dos reflexos da pandemia da COVID-19, sinaliza para uma queda em relação ao faturamento do setor. A entidade possui mais de 840 mil empresas associadas, responsáveis por cerca de 8,2 milhões de empregos formais em todo país.

Segundo os dados coletados por meio de formulário online, a maioria dos pesquisados (29,2%) informaram que o percentual de queda do faturamento de suas empresas ficou entre 21 e 40%. O gráfico abaixo ilustra esse resultado:



Fonte: Central Brasileira do Setor de Serviços (CEBRASSE)

O levantamento ainda registrou que 61% dos empresários entrevistados teve 20% dos funcionários afastados dos seus postos de trabalho em virtude da pandemia. No tocante à situação de isolamento social, a maior parte (74,3%) defende o retorno gradativo e seguro das atividades econômicas, considerando os grandes impactos negativos causados na economia. Essa realidade é evidenciada na tabela abaixo, que traz o número de admitidos e desligados no setor, no mês de abril de 2020, com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0):

Seção CNAE	Admissões	Desligamentos	Saldo
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	2.417	2.464	-47
Alojamento e Alimentação	11.853	139.729	-127.876
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	877	14.592	-13.715
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	123.485	209.933	-86.448
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	5.275	10.642	-5.367
Atividades Imobiliárias	1.615	5.090	-3.475
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	17.708	38.961	-21.253
Educação	8.459	29.546	-21.087
Informação e Comunicação	11.901	24.509	-12.608
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	6	11	-5
Outras Atividades de Serviços	9.201	26.229	-17.028
Saúde Humana e Serviços Sociais	51.309	53.678	-2.369
Serviços Domésticos	17	50	-33
Transporte, Armazenagem e Correio	35.174	86.241	-51.067
Total	279.297	641.675	-362.378

Dentre as atividades econômicas mais afetadas no Brasil, no mês de abril, o setor de Serviços registrou o pior desempenho, com a perda de mais de 362 mil postos de trabalho formais. Os subsetores que mais contribuíram para esse resultado foram: Alojamento e alimentação (-127.876 postos); Atividades administrativas e serviços complementares (-86.448 postos) e Transporte, Armazenagem e correio (-51.067 postos).

Para acessar a versão integral da pesquisa, [clique aqui](#).

COMÉRCIO INTERNACIONAL

Exportação de pães, bolos e massas tem 49% de aumento no volume vendido no primeiro quadrimestre

A exportação de biscoitos, massas, pães e bolos industrializados aumentou 49% no primeiro quadrimestre deste ano para 38,5 mil toneladas, na comparação com o volume vendido em igual período do ano passado. A indústria brasileira faturou 8% a mais com a comercialização externa dos produtos, somando US\$ 50,2 milhões, segundo levantamento da Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães & Bolos Industrializados (Abimapi). Os segmentos de biscoitos, massas e pães são os principais consumidores do trigo nacional.

O crescimento das vendas foi puxado principalmente pela valorização acentuada do dólar ante o real, de cerca de 30% no período, que torna as exportações dos alimentos mais atraentes para os fabricantes brasileiros. Apesar do cenário de instabilidade, com atual situação econômica do país e a alta do preço da farinha, a desvalorização do real refletiu favoravelmente nas exportações dos produtos.

De acordo com a entidade, a elevação da receita não acompanhou a alta do volume vendido em virtude do menor ticket médio e de baixo valor agregado dos produtos exportados - alternativa dos fabricantes para dar escala e competitividade às vendas. No período, os principais destinos da categoria foram Estados Unidos, Uruguai e Paraguai. As medidas de isolamento social para controle do novo Coronavírus, que resultaram no fechamento de restaurantes e exigiram mais refeições em casa, também contribuíram para o crescimento das vendas externas do setor, acrescenta o diretor da área de exportação da Associação, Rodrigo Iglesias. "Houve um crescimento significativo nos produtos que propiciam alimentação dentro do lar. Segmentos como massas, misturas para pães e bolos, pães de queijo congelados, pães de forma, se fortaleceram nesse período de crise", observa Iglesias.

ECONOMIA GLOBAL

Impactos da COVID-19 podem provocar uma contração de até 6% na economia mundial segundo a OCDE

A economia mundial deverá sofrer uma violenta contração de 6% em 2020, como resultado dos efeitos da pandemia do novo Coronavírus, segundo relatório de perspectiva global da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No documento, publicado no dia 10 de junho, a OCDE alerta que a queda do Produto Interno Bruto (PIB) global este ano poderá ser ainda mais acentuada e chegar a 7,6% se houver uma segunda onda de infecções pela COVID-19.

Para 2021, a OCDE projeta recuperação da economia global, com crescimento de 5,2%. Num cenário de segunda onda da pandemia, o avanço do PIB mundial se limita a 2,8%, acredita a entidade.

Para os EUA especificamente, a OCDE prevê contração econômica de 7,3% este ano e expansão de 4,1% no próximo. Na eventualidade de uma segunda onda do Coronavírus, o PIB americano poderá encolher 8,5% em 2020, diz a OCDE. No caso da China, a OCDE espera queda de 2,6% do PIB este ano e avanço de 6,8% em 2021. Na hipótese de uma segunda onda, a economia chinesa poderá afundar 3,7% em 2020, projeta a entidade.

Em relação à zona do euro, a OCDE prevê contração de 9,1% este ano - ou de 11,5%, com uma segunda onda - e crescimento de 6,5% em 2021.